

<u>PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSO</u>

CNPJ 18 125 153/0001-20

AV. BRASÍLIA, Nº 124 - B. BARROCA - CEP 38690-000 - FORMOSO - MG

Fone: (38) 3647-1552 - Fax: (38) 3647-1111 - E-mail: prefeituraformosomg@gmail.com

DESPACH **O*NSAGEM N.°

, DE 06 FEVEREIRO DE 2020.

Dou Ciência Registre-se

Encaminha Projeto de Lei que especifica.

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA DA **EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE SENHOR** MUNICIPAL DE FORMOSO – ESTADO DE MINAS GERAIS:

- Cumprimentando-o cordialmente, submetemos ao abalizado exame dessa Egrégia Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei, que altera a Lei nº 299, de 28 de novembro de 2006, que "Institui a Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública e dá outras providências".
- A Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública encontra previsão no artigo 149-A da Constituição Federal e tem por finalidade cobrir as despesas de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.
- Em Formoso, a CCIP foi instituída pela Lei nº 299, de 2006, mas as 3. alíquotas inicialmente estipuladas têm se mostrado insuficientes para cobrir o custo dos serviços.
- A título exemplificativo, nobres Vereadores, e conforme o demonstrativo 4. anexo, apresentado pela CEMIG, o Município arrecadou R\$ 8.431,69 com a referida contribuição no mês de janeiro de 2019, mas a despesa com o custeio da iluminação pública foi de R\$ 18.376,20, resultando num déficit de R\$ 9.944,51. Mantida essa média, ao final do ano o déficit com o custeio da iluminação pública atingirá a expressiva cifra de R\$ 119.334,12.
- Significa dizer que o Município está lançando mão de recursos do Tesouro 5. para cobrir a despesa com a iluminação pública, com isso deixando de aplicá-los e serviços mais essenciais para a população, como é o caso das áreas de saúde, educação e assistência social.
- Urge, portanto, alterar tais alíquotas e essa é a única razão da apresentação 6. da presente matéria, valendo destacar que as novas alíquotas foram sugeridas pela própria CEMIG.

Protocolado às fis.

CÂMARA MUNICIPAZ DE FORMOSO - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18 125 153/0001-20

AV. BRASÍLIA, N° 124 - B. BARROCA - CEP 38690-000 - FORMOSO - MG

Fone: (38) 3647-1552 - Fax: (38) 3647-1111 - E-mail: prefeituraformosomg@gmail.com

7. Ficamos, assim, diante das razões aduzidas, no aguardo da indispensável aprovação dos honrados vereadores, a fim de que possamos transformar a presente propositura em lei.

LUIZ CARLOS DA SILVA

Prefeito

A Sua Excelência o Senhor NEURIVAL PEREIRA DE ANDRADE Vice-Presidente da Câmara Municipal de Formoso *Formoso (MG)*



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18 125 153/0001-20

AV. BRASÍLIA, Nº 124 - B. BARROCA - CEP 38690-000 - FORMOSO - MG

Fone: (38) 3647-1552 - Fax: (38) 3647-1111 - E-mail: prefeituraformosomg@gmail.com

DESPACHO

PROJETO DE LEI Nº. 4 /2020

Distribuam-se os avulsos Inclua-se no expediente Publique-se

Em, 10 07 70 10

Altera a Lei nº 299, de 28 de novembro de 2006, que "Institui a Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORMOSO, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 80, inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° O \S 1° do artigo 5° da Lei n° 299, de 28 de novembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.	5°	
"Art.	5	 •

§ 1º A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública será calculada mensalmente sobre o valor da tarifa de iluminação pública vigente, em MWh, Subgrupo B4b, devendo ser adotado nos intervalos de consumo indicados os percentuais correspondentes, conforme a seguinte tabela:

FAIXAS DE CONSUMO (KWh)	ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO %
0 a 50	1,5%
51 a 100	2,5%
101 a 200	3,5%
201 a 300	5,0%
Acima de 300	6,0%" (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Art. 3° Revoga-se o artigo 3° da lei n° 299, de 2006.

Formoso, 06 de fevereiro de 2020.

Protocolado às fls. 17 do livro próprio às 11 20 h. Data: 07 100 m

CÂMARA MUNICIF

ALDE FORMOSO - MG

LUIZ CARLOS DA SILVA

PUBLICADO EN AL DE FORMOSO



Prefeitura Municipal de Formoso

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI N° 299, de 28 DE NOVEMBRO DE 2006

PUBLICADO No 281 11 706

Institui a Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSO (MG)

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1°. Fica instituída no Município de Formoso-MG a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal.

Parágrafo Único. O serviço previsto no caput deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À CONTRIBUIÇÃO SEÇÃO I FATO GERADOR

Art. 2°. A Contribuição para Custeio da Iluminação Pública - CIP tem como fato gerador o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação de energia elétrica no território do município.

SEÇÃO II DA ISENÇÃO

Art. 3°. Estão isentos da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública - CIP os consumidores cujo consumido seja igual ou inferior a 50 (cinquenta) Kwh e aqueles cujos imóveis estejam situados em logradouros não servidos por iluminação pública e os templos religiosos de qualquer natureza.

SEÇÃO III DO CONTRIBUINTE

Art. 4°. O sujeito passivo da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública - CIP - é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município de Formoso (MG).



Prefeitura Municipal de Formoso

ESTADO DE MINAS GERAIS

SEÇÃO IV DA BASE DE CÁLCULO E DO VALOR DA CIP

- Art. 5°. A base de cálculo da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública CIP é o consumo total de energia elétrica, medido em kWh e constante na fatura emitida pela empresa concessionária distribuidora.
- § 1°. A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública será calculada mensalmente sobre o valor da tarifa de iluminação pública vigente, em MWh, Subgrupo B4b, devendo ser adotado nos intervalos de consumo indicados os percentuais correspondentes, conforme a seguinte tabela:

FAIXAS DE CONSUMO (KWh)	ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO %
0 a 50	Isento
51 a 100	1,0%
101 a 200	2,0%
201 a 300	3,0%
Acima de 300	3,5%

SEÇÃO V DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

- Art. 6º A arrecadação da contribuição, relativa ao art. 1º desta lei, será feita diretamente junto às contas particulares de consumo de energia, mediante convênio a ser celebrado coma Companhia Energética de Minas Gerais CEMIG, ficando neste caso, o Poder Executivo desde já autorizado a firmar o referido convênio.
- § 1º Realizado o convênio, a concessionária contabilizará e recolherá mensalmente, o produto da contribuição em conta vinculada, em estabelecimentos de crédito escolhido, de comum acordo, pela CEMIG e pela Prefeitura Municipal.
- § 2º A concessionária dos serviços de fornecimento de energia conveniada apresentará, mensalmente a Prefeitura Municipal, as faturas relativas ao fornecimento de energia elétrica acompanhadas dos comprovantes da arrecadação total da Contribuição de Iluminação Pública CIP.
- § 3º Quando o saldo desta conta corrente vinculada for insuficiente para cobrir os valores das faturas de fornecimento de energia elétrica, o Executivo Municipal deverá providenciar a liquidação do valor da diferença, de acordo com os prazos e condições constantes das respectivas faturas.
- § 4º O eventual "superávit", verificado entre o montante arrecadado da contribuição e o valor da fatura de iluminação pública poderá ser aplicado, pela concessionária, para quitação parcial ou total de outras faturas, relativas ao fornecimento de energia elétrica à Municipalidade e, ainda, havendo saldo, poderá ser destinado a custear obras de expansão



Prefeitura Municipal de Formoso

ESTADO DE MINAS GERAIS

e ou melhoramento do sistema de iluminação pública e de extensão de redes urbanas do Município, nesse caso necessária expressa autorização.

- § 5º. O lançamento e a arrecadação da CIP poderão ser feitos:
- I mensalmente, em razão de convênio firmado com a empresa concessionária do serviço de distribuição de eletricidade no Município;
- II nos prazos fixados para lançamento e a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano.

SEÇÃO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º. O produto da contribuição constituirá receita destinada a cobrir os dispêndios da Municipalidade decorrentes do custeio do serviço de iluminação pública.

Parágrafo único. O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

- I despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública;
- II despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.
- Art. 8°. Servirá como título hábil para a inscrição em Dívida Ativa, 60 (sessenta) dias após a verificação da inadimplência:
- I a comunicação do não pagamento efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional;
 - II a duplicata da fatura de energia elétrica não paga;
- III outro documento que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional.

Art. 9°. Esta Lei entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Formoso (MG), 28 de Novembro de 2006.

Prefeito Municipal

CEMICS A Weltor Energia do Grassi.

SALDO DA CIP EM RELAÇÃO AO FATURAMENTO DA IP

Cique à direita e selecione

FORMOSO

	The state of the second state of the second		
RS 18.376,20	RS 8.431,69	0,695	Porte
	(Navellitte /ZULE)	15.5	PORTE

SITUAÇÃO DA PREPEITURA DEFICITÁRIA